



GUESS WHAT INSIGHTS

JUNHO DE 2020

Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?

Introdução

Nos tempos conturbados que vivemos em que a informação é a base de uma melhor resposta para enfrentarmos o futuro, é fulcral o entendimento de várias perspetivas para o nosso país. O que se segue? Esta é a pergunta que todos fazem. O futuro não é o que pensávamos que seria até há bem poucos meses.

É cada vez mais claro que a nossa época será definida por um marco fundamental: o período anterior à COVID-19 e o “novo-normal” que agora se inicia e surgirá na era pós-viral. Nesta nova realidade sem precedentes, vamos presenciar a uma reestruturação da ordem económica e social - face às inúmeras consequências que já provocou - nas quais as instituições, empresas e a sociedade têm sido tradicionalmente construídas. Neste sentido, na Guess What pretendemos contribuir para a reflexão e o debate sobre o que este “novo-normal” poderá implicar e de que forma os seus contornos irão diferir dos que anteriormente moldaram as nossas vidas.

Num momento em que economia recomeça paulatinamente e, ainda marcada por grandes incertezas, estamos em crer que é importante ouvir diferentes interlocutores e sensibilidades de diferentes áreas transversais - economia, saúde, ambiente, turismo.

Tendo isto em consideração, tentamos responder à questão: **Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?** Neste sentido, partilhamos diferentes perspetivas - APAT - Associação dos Transitários de Portugal, AMRR - Associação de Marcas de Retalho e Restauração, ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, Iberdrola Portugal, Prof. Doutor Paulo K. Moreira, e Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo - sobre a forma como as instituições, empresas, economia e sociedade como um todo podem desenvolver estratégias para responder a este contexto de pandemia e preparar-se para o “novo-normal”.

GONÇALO CARVALHO LAGOS

Public Affairs Manager

(gcarvalho@guesswhat.com.pt)

Do velho ao novo normal

Vivemos tempos desafiantes mas, lamento dizer, o velho normal já não volta. Um pequeno vírus obrigou a mudanças profundas tanto sociológicas como empresariais. Alteramos os nossos hábitos de interação social, promovemos novas dinâmicas nos locais de trabalho, adaptamo-nos num mês como os nossos antepassados o fizeram num século a esta nova realidade. Mas, afinal, depois da tormenta, o que esperar da nova bonança?

Na Guess What, agência de comunicação 100% portuguesa, sempre colocámos acima de todas as outras a palavra inovação. Um caminho exigente mas recompensador que nos obriga a permanentes reflexões e consequentes aprendizagens derivadas dos sucessos e insucessos. Como em tudo na vida, avaliar o presente ajuda-nos sempre a definir caminhos para um futuro melhor.

Neste contexto e olhando para a bola de cristal pós-COVID, desafiámos profissionais de diferentes áreas e instituições a analisar a situação portuguesa atual e a apresentar estratégias e medidas que contribuam para um país mais forte, justo e equilibrado. Na Guess What consideramos de extrema relevância a publicação e divulgação de reflexões estratégias como as que aqui pode ler pois só com os melhores podemos aspirar a ser melhores.

Há quem sinta saudades do velho normal. Por aqui desejamos conhecer e, literalmente, abraçar o futuro “novo-normal”. E com a ajuda das ideias e alertas elencados por todos aqueles que amavelmente acederam ao nosso convite, certamente que o iremos fazer.

JORGE AZEVEDO

Managing Partner

(jazevedo@guesswhat.com.pt)

Índice

Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?	5
António Nabo Martins APAT - Associação dos Transitários de Portugal	
Relações Comerciais Mais Equilibradas para uma Economia mais Forte	8
Miguel Pina Martins AMRR - Associação de Marcas de Retalho e Restauração	
Um “novo normal” ou o “mesmo normal”?	10
Francisco Ferreira ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável	
Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?	12
Carla Nunes ENSP-NOVA Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa	
O futuro passa pela transição energética	14
Carla Costa Directora Geral da Iberdrola Portugal	
O Sistema de Saúde no Pós-COVID-19: o regresso à crise crónica?	16
Paulo K. Moreira	
Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?	18
António Ceia da Silva Turismo do Alentejo e Ribatejo, ERT	

Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?



ANTÓNIO NABO MARTINS

*Presidente Executivo da APAT |
Associação dos Transitários de Portugal*

A economia mundial, sofreu um forte impacto e de proporções nunca vistas. O impacto foi transversal a todos os sectores. Verdade que uns mais afetados que outros, mas não deixou nada de fora. Se não podemos deixar ninguém para trás, esta pandemia também não deixou de afetar todos. Quase que podemos dizer que estamos perante uma pandemia “democrática”, atingiu todos com a mesma impiedade.

Agora há que ganhar confiança e segurança relativamente à doença, mas também relativamente à própria economia. Seguramente que não vai ser fácil e por isso mesmo há que definir, num primeiro momento, que sectores económicos têm de ser ajudados e simultaneamente pensar estrategicamente e perceber como se devem intervencionar outros, de forma a nos prepararmos, o melhor possível para o futuro, dando respostas eficientes a futuras pandemias ou outros acontecimentos trágicos.

Aparentemente o Governo já encontrou quem iniciasse esta reflexão e acredito por isso que inevitavelmente iremos recuperar, mas essa recuperação dependerá muito das várias medidas adotadas, de que forma os eventuais apoios serão colocados à disposição das empresas e como iremos agir após esta fase de diagnóstico.

Esta pandemia e a forma como a vivemos e ainda estamos a viver, veio demonstrar a importâncias de ter cadeias logísticas eficientes e a importâncias dos transportes na vida das pessoas. Julgo que estamos todos mais sensíveis para as questões sociais e humanas e todos passámos a dar mais valor aos que nos são próximos.

Reportando-me a área dos transportes devíamos olhar para o nosso imenso mar e perceber com rentabilizar este bem natural. Temos por exemplo um Porto de águas profundas ímpar (Sines) e temos um outro (Leixões) que apresenta índices de competitividade muito elevados. Se o mar é o caminho mais eficiente para longuíssimas distâncias, é depois um modo de transporte pesado associado ao Porto marítimo que ajuda ao desenvolvimento e crescimento do seu *hinterland*. Diria que dos 5 principais portos nacionais todos apresentam deficientes ligações à rede ferroviária nacional e europeia.

Portugal devia pensar em toda uma estratégia para as mercadorias, assente numa **Rede de Terminais**, Marítimos e Portos Secos, apoiados por Plataformas Logísticas com todos os serviços associados e numa **Rede Ferroviária** eficaz e eficiente que nos faça chegar à Europa. Falamos de transportes terrestres onde é possível cooperar e competir.

Vamos lá coo-petir!

Temos compromissos ambientais com as pessoas, com o futuro e com o planeta e a utilização de modos de transporte mais sustentáveis são seguramente uma aposta e deviam ser um desígnio.

A “mobilidade” das mercadorias é tão importante como a das pessoas. Hoje sabemos que o transporte é um custo muito relevante, logo temos de encontrar soluções em que se diminua, o tempo de trajeto, os tempos de espera, a sinistralidade e congestionamentos, a utilização do “papel” e muita burocracia, para assim podermos ser mais competitivos e eficientes.

Depois, obviamente há muito que fazer em outros setores e nomeadamente na área da Justiça (morosa), Finanças (impostos) e Energia (custos) apontados muitas vezes como principal óbice à implantação de novas empresas em Portugal. Outro setor que merece atenção e “pensando mais à frente”, Portugal devia apostar muito mais em soluções sustentáveis.

Uma economia mais justa, mais verde e mais azul, maior mobilidade e menos emissões de CO₂, irão impactar diretamente na necessidade de infraestruturas novas e diferentes. O consumo e a forma como consumimos deverão alterar-se, também a produção, onde e como se produz, poderá deixar de ser em “exclusivo” no Oriente. Esta alteração geoestratégica pode ser relevante para Portugal e com isso ganhar uma centralidade global diferente. Temos de tentar antecipar estes caminhos e preparar o nosso, de forma a que estes se cruzem.

Portugal tem de ser capaz de se preparar e estar preparado para as novas dinâmicas pós-COVID-19, porque as alterações de comportamento do consumidor, que vai ser mais exigente, mais informado e mais disposto para

outro tipo de serviços, essencialmente aqueles que lhe vão permitir consumir imediatamente à compra e que vão proporcionar maior qualidade de vida e mais conforto, vão ser considerados como prioridade.

A capacidade de inovar e de se adaptar são fundamentais para a sobrevivência e acima de tudo para o crescimento. Fomos capazes de rapidamente alterar métodos e formas de fazer e, de repente estávamos a fazer produtos e equipamentos médicos em fábricas que produziam cerveja e confeccionavam roupa ou fabricavam moldes ou ainda faziam sacos de plástico. Esta capacidade, que nós Portugueses temos, deve ser aproveitada para pensar em estratégias consolidadas de desenvolvimento destes novos produtos de forma continuada e sustentada para não ficarmos dependentes do "gigante" asiático. Deveremos ser capazes de aproveitar o melhor de cada situação e aprender com ela.

Por fim, os nossos políticos devem perceber que temos de alavancar a nossa economia e sociedade, em mais solidariedade, encontrar formas de deixarmos de apostar em ordenados baixos e empregos precários. Mais e melhor formação, é sempre igual a melhor capacitação e mais competência, apostar na formação profissional e social, dar aos novos milhares de desempregados competências nas áreas da economia verde e azul, nas alternativas energéticas, na digitalização e informatização, trabalhar para a desmaterialização de processos ganhando eficiência para ser mais competitivo, é outro dos caminhos a seguir.

Julgo que temos muito que aprender, e acima de tudo sair desta fase muito melhor do que estávamos quando começou.

Não sendo futurologista, mas sendo otimista, não quero acreditar que tudo vá ficar na mesma, nem em Portugal nem no mundo, porque quero acreditar que tudo ficará melhor para os nossos netos e bisnetos.

Relações Comerciais Mais Equilibradas para uma Economia mais Forte



MIGUEL PINA MARTINS

*Presidente da AMRR | Associação
de Marcas de Retalho e Restauração*

Portugal, no seu todo, tem sido um exemplo de resiliência e de capacidade na resposta que dá aos desafios e dificuldades que enfrenta. O modo como combateu esta crise sanitária diz bem do que somos enquanto povo. Há, contudo, mazelas e dificuldades no horizonte presente e futuro, que um país como o nosso sente especialmente. Devemos olhar para esta crise originada pela Pandemia como uma oportunidade de melhor o nosso modelo económico e social, incluindo no estímulo e na proteção de relações comerciais mais equilibradas.

Esta crise revela uma vez mais a capacidade reativa do nosso País. Parece que precisamos sempre que algo externo nos afete para darmos a volta à histórica fragilidade económica portuguesa. Mas eu acredito que somos capazes! Espero não estar a ser demasiado ingénuo, mas, à semelhança do que aconteceu no período da *troika*, parece que Portugal está novamente perante uma oportunidade de renovação económica que fuja ao fatalismo ciclo das crises que vivemos nos últimos 46 anos de democracia. Não descuro o carácter único da crise global que atravessamos, mas recuso-me a ficar preso ao dia-a-dia e ao fatalismo.

Vai ser fácil? Não. Vai ser difícil... Caso não haja solidariedade, promoção do emprego e promoção de relações económicas equilibradas poderemos sofrer tanto ou mais do que no período de ajustamento da *troika*. As previsões para a economia portuguesa para 2020 situam-se entre uma queda de 6,8%, previsto pela Comissão Europeia e uma redução de 12%, do Fórum para a Competitividade. E, repito, caso não tenhamos soluções sólidas, o desemprego atingirá números absolutamente catastróficos. No setor do retalho e restauração as previsões

apontam para um desastre eminente. A esmagadora maioria dos associados da Associação de Marcas de Retalho e Restauração (AMRR) não tem condições financeiras para se manter para além do mês de julho. E apenas 7,3% tem meios para evitar uma insolvência nos próximos 12 meses.

A sobrevivência destas empresas, e da manutenção dos 100 mil postos de empregos diretos, depende, no meu entender de 3 fatores: relação comercial mais equilibrada entre lojistas e centros comerciais, comportamento do mercado, e apoios do Governo.

O diagnóstico não é bonito, mas para ultrapassarmos esta crise de forma estrutural precisamos de saber lidar com a verdade para podermos voltar mais fortes. É fundamental que as relações comerciais sejam mais equilibradas. Esses desequilíbrios, há muito existentes, foram colocadas a nu nesta fase de pandemia. As conclusões do estudo realizado pela AMRR revelam uma absoluta desproporção ao nível da repartição de sacrifícios. Por cada 175 mil euros de prejuízo registado pelos lojistas, os proprietários veem-se afetados em apenas 1.000 euros. Um desequilíbrio insuportável para quem está há 3 meses proibido de levar a cabo a sua atividade comercial por determinação do Governo, no âmbito das medidas aplicadas de combate à COVID-19.

É urgente corrigir-se este enorme desequilíbrio, no presente e para futuro. O risco imediato que este setor corre, caso nada seja feito, é a geração de milhares de desempregados e, em termos estruturais, a aniquilação de um setor com um volume de negócios superior a 10 mil milhões de euros e que emprega 300 mil pessoas diretas e indiretas.

Precisamos de olhar para lá da COVID-19 e implementar um programa económico que torne as empresas mais competitivas, que possam gerar emprego sustentável e que contribuam para que Portugal possas ser um dos países mais competitivos da Europa. Se dependesse apenas do sector empresarial, esse desígnio já teria sido alcançado. Felizmente começamos a sentir da parte dos Partidos Políticos vontade em resolver o problema. Falta ainda dar um passo. Mas estamos esperançados que o Governo e a Assembleia da República não deixarão de brevemente adotar as medidas legislativas necessárias e justas e que evitarão a catástrofe de um setor e o desaparecimento de dezenas de milhares de empregos.

Um “novo normal” ou o “mesmo normal”?

**PROF. DOUTOR FRANCISCO FERREIRA**

*Professor universitário na FCT NOVA | Faculdade
de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Presidente da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável*

Portugal e toda a humanidade enfrentam hoje desafios como poucos algum dia imaginaram. Num curto espaço de tempo tudo se tornou diferente sem que consigamos compreender ainda se e quando voltaremos a alguma normalidade e qual a forma que esta assumirá.

Estamos colocados perante um novo contexto a cuja origem não somos estranhos. Existe consenso científico em torno do contributo que a relação que temos estabelecido com a natureza e a forma de globalização que temos exercitado, desempenharam na criação das condições que resultaram na situação atual. A disrupção causada na vida das pessoas e das famílias, nas regras de convivência social, na economia é inegável e será longo o caminho até uma nova normalidade. A grande questão é: quais serão as características e até que ponto conseguiremos potenciar uma nova realidade que nos proteja de crises futuras que já se avizinham e que serão inevitáveis se apostarmos no regresso ao *business as usual*.

Portugal só poderá sair menos fragilizado desta e de novas crises se deixar alguns paradigmas para trás e olhar para a própria resiliência da natureza baseada na diversidade – temos de esquecer a monocultura do turismo de massas, das poucas culturas agrícolas que dominam a paisagem de algumas zonas do país e que dependem completamente da exportação e de continuarmos na sofreguidão do produzir mais como objetivo em si mesmo.

Não podemos usar o momento atual para justificar atrasar, enfraquecer ou mesmo fazer retroceder medidas fundamentais para a sustentabilidade, nem direcionar os apoios para atividades intensivas em termos de emissões de

carbono, sem qualquer reflexão, seguindo apenas uma lógica de procurar resolver um problema imediato, mesmo que este apenas vá reforçar a probabilidade de voltarmos a ter problemas semelhantes num futuro próximo. Não podemos também diminuir a percepção da premência de outras emergências (como é o caso do clima, da perda de biodiversidade e do uso insustentável de recursos) por parte de diferentes *stakeholders* representantes políticos e dos cidadãos, ainda que estas mantenham a sua urgência e haja o risco de sinergias entre crises amplificando muito os seus efeitos negativos.

A aposta numa economia de base mais local e nacional pode ajudar em momentos de crise como o presente, onde o acesso aos recursos necessários pode ser facilitado (por exemplo, as empresas que conseguem produzir em Portugal o material necessário para a área da saúde; o abastecimento agrícola de base local ou regional; a economia circular, com a possibilidade de reparação, da reutilização como promotores de emprego local e regional). Temos refletir sobre o que é realmente essencial no sentido de reduzir os níveis de consumo e aumentar a eficiência no uso dos recursos no futuro.

E os sinais desta transformação já começam a ser visíveis nas correntes de solidariedade, na capacidade de adaptação rápida de muitas empresas, na disponibilização de eventos culturais para toda a população, na capacidade de adaptação de todos a novas formas de comunicar e de trabalhar a partir de casa. É um novo mundo de possibilidades que se abre e pode ancorar e ser potenciado por avanços conseguidos nos últimos anos na área das energias renováveis, da mobilidade sustentável, da agroecologia, do repensar dos produtos no sentido de fomentar a sua durabilidade, reparabilidade e possibilidade de reutilização e reciclagem. Temos agora também uma noção mais clara da nossa interconexão e da interdependência local, regional, nacional, europeia e mundial que existe para resolvermos os problemas que iremos enfrentar e uma perspetiva reforçada de que todos temos importância na sociedade e todos podemos contribuir para a resolução dos problemas.

Se agirmos com sapiência e coragem, esta crise pode ser superada através da união de esforços na transformação dos modelos socioeconómicos, focando-nos no bem-estar das pessoas e no estabelecimento de uma relação de equilíbrio e respeito pelos limites do planeta.

Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?

**PROF.ª DOUTORA CARLA NUNES**

*Diretora da ENSP-NOVA | Escola Nacional de Saúde
Pública da Universidade Nova de Lisboa*

O “novo-normal” será “novo”, mas acredito que rapidamente se torne “normal”. Temos uma enorme capacidade de adaptação e criamos novos rituais rapidamente, quando sentimos que eles podem promover a forma como queremos viver. Recentemente uma colega (Professora Ceu Mateus) lembrou que quando aconteceu o atentado de 11 de setembro, pensou-se que os voos frequentes tinham acabado, que toda a gente iria ter medo. Mas passado um tempo tudo voltou ao normal, habituámo-nos a um conjunto de regras mais apertado que rapidamente passaram a fazer parte da nossa vida. O risco não desapareceu, mas ficou aparentemente mais controlado, e nós mais confiantes. Poderá demorar alguns anos, mas creio que também será assim com este vírus.

Vamos reorganizar-nos em áreas que envolvem “grandes” concentrações de pessoas, seja em contexto do trabalho ou de lazer – uma grandeza que depende das áreas e das condições físicas dos espaços. Trabalharemos mais em casa, no caso das profissões em que o teletrabalho, total ou parcial, seja possível. O período em que estivemos confinados serviu também para perceber que algumas reuniões podem ser à distância, que não precisamos de voar tanto para participar em encontros internacionais, que é possível cumprimentarmo-nos calorosamente sem recorrer aos cumprimentos à portuguesa (beijos, abraços ou apertos de mão), normalizámos também a utilização de máscara quando estamos doentes e lembrámos que a velha lavagem das mãos continua mais atual que nunca.

Na saúde percebemos que algumas consultas podem ser realizadas recorrendo à telemedicina e no ensino, que há formação que também funciona muito bem neste sistema. Mas é também necessário refletir sobre as opções que tomámos

– à pressa e, por vezes, sem a preparação devida - durante estes meses, para torná-las verdadeiramente eficientes e eficazes. Não devemos confundir telemedicina com consulta telefónica, ensino à distância com utilização de uma plataforma *on-line* para lecionar conteúdos do ensino presencial, ou teletrabalho com pessoas a trabalhar em casa independentemente das condições em que o fazem – equipamentos, espaço adequado, infraestrutura, etc.). Para fazerem parte do “novo normal”, estes aspetos terão que ser estudados e consolidados. Creio que os próximos 2 anos serão fundamentais para fazer essa evolução.

A Saúde Pública enquanto área, sai muito reforçada nesta pandemia. A enorme demonstração da sua importância e do potencial da sua magnitude - em cinco meses estava meio mundo fechado em casa, com a economia a colapsar – torna evidente que a Saúde Pública não é um problema local e que, em consequência, as soluções têm que ser globais.

Finalmente o “novo normal” tem que ser um lugar onde a sociedade está preparada para estes eventos. Como? Por um lado, através de uma maior sensibilização de todos – cidadãos e sociedade civil, governos, organizações internacionais – para alterar alguns hábitos no sentido de prevenir ou diminuir o impacto destes eventos.

Por outro lado, o “novo normal” precisa de mais profissionais de Saúde Pública. Refiro-me, claro, a mais médicos de Saúde Pública, mas não só! A Saúde Pública precisa de pessoas com formação-base em áreas tão diversas como estatística e epidemiologia, direito e bioética, medicina geral e familiar, psicologia, sociologia, psiquiatria, enfermagem, gestão, economia, engenharia, ciências farmacêuticas, ou comunicação. Todas estas disciplinas - com formação complementar em Saúde Pública – têm lugar na Saúde Pública e são uma necessidade urgente para a construção do mundo “novo” onde queremos viver.

O futuro passa pela transição energética

**CARLA COSTA***Diretora Geral da Iberdrola Portugal*

Vivemos a maior crise da economia global desde a II Grande Guerra. Muito embora haja consenso sobre a gravidade do momento, só o tempo revelará a verdadeira dimensão dos desafios que temos pela frente. Não obstante as incertezas, os últimos meses revelaram duas realidades essenciais para o sector energético e para a economia no seu conjunto, aspectos que há bastante tempo figuram nos lugares cimeiros das prioridades da Iberdrola.

Em primeiro lugar, a época de pandemia demonstrou que a estratégia de digitalização e descarbonização que implementámos antes da crise não só foi bem-sucedida como se tornou mais urgente e necessária. A escolha não deve ser entre mais ou menos globalização, mas entre uma globalização sustentável e em linha com as necessidades sociais ou, pelo contrário, a manutenção de um modelo de comércio internacional assente na exploração maximalista de recursos. É possível garantir segurança energética, avanços tecnológicos, desenvolvimento económico e qualidade de vida cuidando dos recursos presentes e acautelando o bem-estar das gerações futuras. Há muito que a energia verde é uma realidade para a Iberdrola e sabemos que o futuro passa por aqui, não apenas porque o planeta necessita, mas porque os consumidores assim o exigem.

Em segundo lugar, para superar esta crise é necessário investir. Sem investimento não há crescimento e sem crescimento não há emprego. Os governos e a União Europeia criaram pacotes de estímulo económico cuja utilidade é inegável, mas importa saber qual o destino dessas verbas. Estas decisões de investimento terão um impacto profundo e duradouro, pois definirão em grande medida os termos e dinâmicas da economia mundial pós-COVID-19. Na Iberdrola subscrevemos

a *Green Recovery Alliance* e apoiamos firmemente o *European Green Deal* como via para uma recuperação tão rápida quanto sustentável. Importa criar condições favoráveis para uma revolução tecnológica que, a um só tempo, melhore a competitividade geral da economia e crie empregos duradouros e de qualidade. Nos últimos 20 anos investimos 100 bilhões de euros na transição energética, isto é, num modelo de negócio limpo, confiável e inteligente que substitui a produção com fontes contaminantes por energias limpas e intensifica a descarbonização e eletrificação da economia. É nesta senda que permaneceremos, reforçando o investimento, defendendo o ambiente e apostando nas pessoas.

Portugal tem condições extraordinárias para estar na vanguarda de uma economia com mais energia limpa, mais eficiência e mais mobilidade elétrica. De resto, no nosso país já geramos energia com zero emissões e desde 2017 que a energia fornecida aos segmentos residencial e de pequenos negócios provém exclusivamente de fontes renováveis.

Ademais, estamos a desenvolver o projeto hidroelétrico do Tâmega, com capacidade instalada de 1.158 megawatts em três centrais: Gouvães, Daivões e Alto Tâmega. O projeto inclui uma gigabateria que contribuirá com quase 900 megawatts de capacidade de bombagem para o sistema elétrico português, implicando um aumento de mais de 30% em comparação com a capacidade de bombagem do país. No total, um investimento de 1.500 milhões de euros que constitui uma das maiores iniciativas da história de Portugal no sector da energia e um dos maiores projetos hidroelétricos levados a cabo na Europa nos últimos 25 anos.

A par desta iniciativa, são várias as oportunidades que temos identificadas: o desenvolvimento de infraestruturas para promover a mobilidade elétrica; a geração solar distribuída; a gestão da procura através de aplicações e planos adaptados aos clientes; a eficiência energética nas residências e edifícios; a eletrificação do sector "quente-frio" bem como os restantes sectores produtivos da economia; as tecnologias de armazenamento energético; as tecnologias de digitalização e automação da rede; as possibilidades de hidrogénio e outros combustíveis verdes para sectores de difícil eletrificação, como aviação e transporte marítimo.

Tudo isto representa ganhos efectivos em termos de riqueza e emprego. Representa igualmente um salto apreciável na protecção dos recursos e do meio ambiente. E, não menos importante, apoia de forma significativa a balança comercial do país e da Europa, reduzindo a dependência energética face ao exterior, nomeadamente de regiões marcadas por instabilidade. Maior sustentabilidade traduz-se menor vulnerabilidade. Este é o caminho para superar desafios conjunturais e corrigir desequilíbrios estruturais.

O Sistema de Saúde no Pós-COVID-19: o regresso à crise crónica?

**PROF. DOUTOR PAULO K. MOREIRA**

Editor Científico internacional em Gestão e Políticas de Saúde (Taylor & Francis Group, Oxford, Reino Unido)

Na análise de impactos da Pandemia do COVID-19 sob os sistemas de saúde Europeus devemos assumir uma visão equilibrada entre efeitos negativos e as oportunidades para o Futuro.

Entre os efeitos negativos, destaco o colapso das cadeias Logísticas no fornecimento de materiais e equipamentos de protecção individual para ambos os profissionais de saúde e para os utentes e cidadãos. Este colapso confirma-se através dos processos especulativos e fraudulentos verificados em alguns materiais de protecção individual (sobretudo máscaras e ventiladores). Para elucidar, em Fevereiro de 2020 estavam empresas Europeias a vender à China máscaras N95 a 9 euros (sendo o seu preço original abaixo habitual de 0,80 euros). Essas máscaras chegaram a ser revendidas online na China a 16 euros por máscara. Em Abril de 2020, a situação inverteu-se e intermediários chineses estavam a vender máscaras N95 aos Europeus por preços semelhantes. O mesmo foi verificado em todos os outros materiais de protecção individual colocando em risco os profissionais de saúde e os cidadãos.

Um outro efeito negativo, foi a constatação da falta de preparação dos decisores políticos na gestão de emergências de doenças transmissíveis, confirmável através do atraso com que a maioria das medidas foram implementadas, desde o momento do início do fenómeno (em Janeiro 2020) às primeiras medidas de intervenção (Março 2020) e pela inexistência de sistema efectivo de decisões baseadas na evidência. As decisões políticas foram sobretudo baseadas na pressão mediática e nos efeitos das sondagens de opinião na popularidade dos governos. Poucos Estados Europeus conseguiram implementar as medidas conforme a evidência científica disponível. Neste aspeto destacou-se sobretudo

a Suécia. Outros Estados tentaram, mas sucumbiram à pressão mediática “populista”. Por outro lado, os decisores falharam pela chocante negligência a que submeteram todos os outros doentes, nomeadamente os doentes crónicos, que ficaram sem acesso aos serviços de saúde, conforme as suas necessidades efectivas. Esta foi uma das mais preocupantes falhas da gestão do sistema de saúde.

Que lições para o Futuro? Entre uma diversidade de questões de gestão em saúde relevantes para evitar as mesmas falhas graves, impõem-se a introdução de medidas, assumindo-se que novas Pandemias acontecerão e que os sistemas de saúde não podem cometer os mesmos erros repetidamente. Indico para o debate, algumas dessas ideias em formato simplificado:

- Reforço das estruturas de saúde digital (sobretudo de apoio no domicílio aos doentes crónicos) e soluções de Inteligência Artificial;
- Reforço efectivo dos serviços de cuidados domiciliários de saúde;
- Investimento maciço em Literacia em Saúde (a baixa literacia gerou todo o tipo de percepções erradas durante a Pandemia de COVID-19)
- Reforço da colaboração entre os sectores público, privado e social na promoção da sustentabilidade das várias respostas dos sistemas de saúde;
- Rever o papel dos Seguros de Saúde nas respostas às Pandemias e respectivas coberturas de risco para os profissionais e para os cidadãos.
- Definir cooperação estratégica com a indústria farmacêutica no sentido da partilha de informação para um planeamento eficiente (*Big Data management*).

Relativamente ao sistema de saúde em Portugal, assumindo a validade destes desafios para o seu Futuro, devemos ter noção das suas fragilidades específicas de longo prazo. Nomeadamente, o baixo nível de sofisticação da gestão hospitalar no sector público, os elevados índices de infecções na prestação dos cuidados de saúde, a incapacidade política de transferir grandes recursos do sector hospitalar para a comunidade e reforçar os cuidados de saúde primários, a restrição financeira na modernização do parque tecnológico na área do diagnóstico e a incapacidade de motivar os melhores profissionais de saúde a dedicarem-se ao sector público. Ou seja, SNS regressará à normalidade da sua crise crónica. *Business as Usual?*

Como será o “novo-normal” pós-COVID-19?



ANTÓNIO CEIA DA SILVA

Presidente da Turismo do Alentejo e Ribatejo, ERT

Estamos a lidar com uma pandemia, que só após existir vacina é que poderá ser controlada. Não obstante, o Turismo do Alentejo e do Ribatejo terá todas as condições necessárias para receber os turistas. Estamos em crer que o turista português vai ficar em Portugal, e o Alentejo tem claramente vantagens comparativas em relação a outros pontos do país, porque tem poucos casos de COVID-19 e porque é uma região de horizonte, de tranquilidade, não é uma região de grandes aglomerados em comparação com outros destinos, que beneficiaram muito dessa concentração urbana durante alguns anos, mas que neste momento temos essa vantagem comparativa.

Três pontos-chave que o Turismo do Alentejo e Ribatejo está a desenvolver:

1. O Manual de Saúde e Segurança sanitária

Foi criado o [“Guia de Requisitos para a Certificação de Compromisso com o Destino Seguro e Sustentável”](#), tendo por base os requisitos e critérios estabelecidos pela Direção-Geral de Saúde, Organização Mundial de Saúde e organismos governamentais e setoriais, com o objetivo de capacitar as PME do setor do Turismo do Alentejo e Ribatejo, para a normalização da atividade turística no atual contexto de pandemia do coronavírus.

Com a disponibilização deste guia pretende-se mostrar que a região do Alentejo e Ribatejo é um destino seguro na perspetiva sanitária. As pessoas têm de se sentir seguras. Temos de transmitir confiança!

Neste sentido, pretende-se agilizar a operacionalização desta iniciativa de certificação da segurança sanitária, que é algo que está a ser feito em

articulação com os investidores e empresários, os alojamentos locais, hotéis, restauração e animação turística, os quais devem ter como principal preocupação transmitir os critérios e tudo aquilo que está a ser feito em termos de segurança sanitária no seu espaço e depois a sua certificação. Tudo isto serão motivos para transmitir confiança ao turista. Apostar na sustentabilidade sanitária.

2. Promoção forte no mercado interno

Grande aposta de promoção no mercado interno. Mostrar ao turista que somos uma região de excelência. Apostar no consumidor português. Este ano nenhum turista pensará ir de férias para o Mediterrâneo. Este verão teremos de apostar no consumidor no turismo nacional. Esta campanha visa transmitir essa sensação de confiança, de segurança ao turista e aquilo que somos, uma região única que reúne um arco-íris de oferta, património ao outdoor, as atividades de Turismo da Natureza, as praias, ao Alqueva. É uma região com excelente gastronomia e um bom vinho.

Neste sentido, pretende-se apostar no que temos de bom, nos bons vinhos, na animação turística, no património cultural e imaterial, nas paisagens, na tranquilidade, sem grandes aglomerados em comparação com outros destinos. É uma região onde se pode desfrutar e descontraír.

3. Reativar um conjunto de projetos

A região vai também reativar um conjunto de projectos que tínhamos concluído, como a rede de *cycling*, *walking*, como as rotas de património cultural e imaterial. Ou seja, existem hoje um conjunto de projectos que o Alentejo tem finalizado com um [novo site](#) diferenciador. Temos que ter esperança e sermos nós a transmiti-las e já existem condições para que o turismo possa retomar este verão, dentro de novas condições e novos parâmetros de segurança sanitária.

Face aos exposto, estamos em crer que possa haver uma boa retoma no verão para o turismo no Alentejo, com a nova vaga de interesse já demonstrada pelos portugueses.

É certo que a vida económica não será a mesma, mas só o tempo vai esclarecer como será o impacto. Para conseguirmos enfrentar esta pandemia temos de nos munir da melhor informação. No entanto, todos os esforços desenvolvidos e os investimentos realizados em higienização, segurança, certificação etc, serão vantagens caso haja uma 2.ª vaga. Sem dúvida que este e os outros setores estarão melhor preparados!

ESTE PAPER FOI ELABORADO GRAÇAS À COLABORAÇÃO DE:



António Nabo Martins
APAT - Associação dos Transitários de Portugal



Miguel Pina Martins
AMRR - Associação de Marcas de Retalho e Restauração



Prof. Doutor Francisco Ferreira
ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável



Escola Nacional
de Saúde Pública
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Prof.^a Doutora Carla Nunes
Escola Nacional de Saúde Pública
da Universidade Nova de Lisboa



Carla Costa
Iberdrola Portugal



Prof. Doutor Paulo K. Moreira
Editor Científico internacional em Gestão e Políticas
de Saúde (Taylor & Francis Group, Oxford, Reino Unido)



António Ceia da Silva
Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo



Rua dos Açores, n.º 11-B
1000-001 Lisboa
Tel.: +351 218 446 391
geral@guesswhat.com.pt

www.guesswhat.com.pt